

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A

C.N.P.J N.º 76.506.302/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício foi registrado Lucro Líquido de R\$ 35.747.048,65. Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

JACOB REICHER
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em R\$)

ATIVO	NOTA	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		96.546.080,27	71.886.016,61	19.060.618,61	19.060.618,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	70.406.187,77	36.965.326,10	-	-
Clientes	6	8.914.855,47	69.466,59	-	-
Adiantamentos a Empregados		42.572,53	389.519,95	-	-
Dividendos a Receber		332.327,74	3.782.787,35	-	-
Estoques	7	4.370.790,30	11.228.014,09	-	-
Tributos a Recuperar	8	11.492.276,44	44.182,91	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		54.158,64	346.107,00	-	-
Outros Créditos		32.911,38	42.561.186,31	-	-
NÃO CIRCULANTE		41.442.280,41	42.561.186,31	512.992,66	512.992,66
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		523.051,79	512.992,66	396.429,00	396.429,00
Depósitos Judiciais	10	468.061,50	100.818,40	-	-
Tributos a Recuperar	8	51.245,09	17.545,20	-	-
Créditos Diversos		3.745,20	29.125.006,85	-	-
INVESTIMENTOS		29.125.006,85	28.079.810,90	300,00	300,00
Participações em Coligadas e Controladas	11	29.124.706,85	13.967.348,91	-	-
Outras Participações		300,00	1.033,84	-	-
IMOBILIZADO		12.119.793,89	13.967.348,91	1.033,84	1.033,84
INTANGÍVEL	13	1.033,84	114.447.204,91	-	-
TOTAL DO ATIVO		137.988.360,68	114.447.204,91		

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NOTA	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		13.009.001,54	10.550.403,57	10.550.403,57	10.550.403,57
Fornecedores	9-a	2.813.217,27	5.010.151,64	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.147.162,06	2.359.089,08	-	-
Obrigações Tributárias		86.728,32	3.165.592,75	-	-
Dividendos a Distribuir	17-b	8.936.762,16	-	-	-
Outros Débitos		25.131,73	15.570,10	-	-
NÃO CIRCULANTE		2.125.341,30	1.507.943,86	1.507.943,86	1.507.943,86
Fornecedores	9-a	-	791.514,80	-	-
Depósitos Judiciais	10	468.061,50	396.429,06	-	-
Provisão para Contingências	10	1.657.279,80	320.000,00	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.854.017,84	102.388.857,48	102.388.857,48	102.388.857,48
Capital Social	16	21.000.000,00	21.000.000,00	-	-
Reservas de Lucros		101.854.017,84	81.389.564,47	-	-
Reserva Legal	17-a	4.200.000,00	4.200.000,00	-	-
Reserva de Retenção de Lucros		44.220.043,69	16.166.544,28	-	-
Reserva para Futuro Aumento de Capital	17-c	26.623.687,66	26.623.687,66	-	-
Lucros a Disposição da A.G.O.		26.810.286,49	34.398.625,54	-	-
TOTAL DO PASSIVO		137.988.360,68	114.447.204,91		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 31/DEZ/20 A 31/DEZ/22 - Em Reais

	NOTA	RESERVADE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	RESULTADO	TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL			
Em 31/DEZ/20		21.000.000,00	2.287.964,74	1.547.999,14	21.822.768,51	73.282.420,05
Destinação para Reserva de Lucros Cfe. 101ª A.G.O. de 28/ABR/21		-	-	14.618.545,14	(14.618.545,14)	-
Distribuição de Dividendos Cfe. 101ª A.G.O. de 24/ABR/21		-	-	-	(7.204.223,37)	-
Destinação para Reserva para Futuro Aumento de Capital Cfe. A.G.E.		-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	81.389.564,47	81.389.564,47
Constituição da Reserva Legal	17-a	-	1.912.035,26	-	(1.912.035,26)	-
Destinação para Dividendos		-	-	-	(19.869.382,30)	(19.869.382,30)
Antecipação de Dividendos Cfe. 105ª A.G.E. de 13/DEZ/21		-	-	-	(25.209.521,37)	(25.209.521,37)
Lucro a Disposição da A.G.O.		-	-	-	34.398.625,54	34.398.625,54
Em 31/DEZ/21		21.000.000,00	4.200.000,00	16.166.544,28	26.623.687,66	102.388.857,48
Distribuição de Dividendos Cfe. 102ª A.G.O. de 29/ABR/22		-	-	28.053.499,41	(28.053.499,41)	-
Destinação para Reserva de Retenção de Lucros cfe 102ª A.G.O. de 29/ABR/22		-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	46.277.969,32	46.277.969,32
Juros sobre Capital Próprio	18-e	-	-	-	(10.530.920,67)	(10.530.920,67)
Destinação para Dividendos	17-b	-	-	-	(8.936.762,16)	(8.936.762,16)
Lucro a Disposição da A.G.O.		-	-	-	26.810.286,49	26.810.286,49
Em 31/DEZ/22		21.000.000,00	4.200.000,00	44.220.043,69	26.623.687,66	122.854.017,84

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional
A Lavradora Racional de Madeiras Lavrama S/A ("Companhia") tem por objetos a produção, industrialização e comércio de madeiras em geral: brutas, beneficiadas, laminadas, compensadas; fabricação de esquadrias e móveis e exportação dos produtos de sua fabricação.

2 Base de Preparação
a. Declaração de Conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Dentre as referidas práticas se incluem as Leis nº 11.638/07, que modificou a Lei nº 6.404/76 e a nº 11.941/09. Adicionalmente, as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas conforme interpretação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.404/76.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24/FEV/23.

b. Base de Mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda Funcional e de Apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de Estimativas e Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as premissas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 – Clientes (perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa)
Nota explicativa 7 – Estoques
Nota explicativa 10 - Provisões para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)
Nota explicativa 12 - Imobilizado (vidas úteis)

3 Principais Políticas Contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em Moeda Estrangeira
Transações em moeda estrangeira (quando aplicável), isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos Financeiros
(i) Ativos Financeiros não Derivativos
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, como também os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria "empréstimos e recebíveis".

(ii) Empréstimos e Recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado com base no método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(iii) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Passivos Financeiros não Derivativos
A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.
A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros débitos.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem os saldos em caixa e contas correntes (depósitos bancários à vista), como também em aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

e. Clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelos valores faturados, ajustados ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia; no caso dos clientes mercado externo, os valores estão representados por este custo, acrescido das variações cambiais, ambos reduzidos dos valores julgados suficientes, como perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

f. Estoques
Os estoques de produtos acabados e em processos foram avaliados segundo o critério previsto no art. 296, do regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580/18, enquanto os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

g. Investimentos
As participações relevantes em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, considerando seus patrimônios líquidos na mesma data e seguindo as mesmas práticas contábeis.

h. Imobilizado
(i) Reconhecimento e Mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A administração, por meio de relatório de avaliação realizado por empresa especializada em 2010, não apurou evidências de que o valor contábil de seus ativos exceda o valor recuperável, mantendo tal avaliação desde o exercício de 2011 e optado por não efetuar o registro do custo atribuído (*deemed cost*), conforme permitido pela Interpretação Técnica ICPC 10.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia (quando aplicável) inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.
Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos Subsequentes
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.
Após a aplicação dos procedimentos descritos no item "f" deste tópico, a Companhia manteve o ativo imobilizado demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/DEZ/95. A depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 2011, a depreciação passou a ser calculada societariamente, observando as taxas que consideram o tempo de vida útil dos bens apontados no relatório de avaliação, e para os bens adquiridos após a realização do referido relatório, o tempo de vida útil apontado nos relatórios formalizados por técnicos especializados.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.
As taxas de depreciação (médias) de acordo com as vidas úteis estimadas do imobilizado são as seguintes:

Rúbrica	Taxa
Edificações e benfeitorias	4 a 10 % a.a.
Máquinas e equipamentos	5 a 50% a.a.
Veículos	5 a 25% a.a.
Instalações	10% a.a.
Reflorestamento	6% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.
Ferramentas	10% a.a.

i. Ativos Intangíveis
Referem-se aos gastos incorridos pela Companhia para o registro de marcas e patentes.

j. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)
(i) Ativos Financeiros não Derivativos
A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.
Ativos que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

	NOTA	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA		182.064.773,89	201.777.249,49	182.064.773,89	201.777.249,49
CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS		(78.895.457,07)	(80.968.177,01)	(78.895.457,07)	(80.968.177,01)
LUCRO BRUTO		103.169.316,82	120.809.072,48	103.169.316,82	120.809.072,48
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(40.707.864,20)	(10.556.802,82)	(40.707.864,20)	(10.556.802,82)
Despesas com Vendas		(32.180.461,03)	(25.069.459,61)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	18-b	(9.715.557,10)	(18.476.048,56)	-	-
Equivalência Patrimonial		1.377.523,69	18.476.048,56	-	-
Outras Receitas Operacionais	18-f	421.392,39	3.367.810,71	-	-
Outras Despesas Operacionais	18-g	(610.762,15)	(1.217.611,61)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(8.829.022,18)	2.658.085,22	(8.829.022,18)	2.658.085,22
Receitas Financeiras	18-d	13.668.680,77	9.855.587,06	-	-
Despesas Financeiras	18-e	(22.497.702,95)	(7.197.501,84)	-	-
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		53.632.430,44	112.910.350,08	53.632.430,44	112.910.350,08
Contribuição Social	15	(4.770.874,23)	(8.437.049,29)	-	-
Imposto de Renda	15	(13.114.507,56)	(23.083.736,32)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.747.048,65	81.389.564,47	35.747.048,65	81.389.564,47
REVERSO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		10.530.920,67	-	10.530.920,67	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		46.277.969,32	81.389.564,47	46.277.969,32	81.389.564,47
Por Lote de 1.000 Ações do Capital Social		57,10	130,02	-	-

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

	NOTA	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		46.277.969,32	81		

